

SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES

Estudo Técnico Preliminar 25/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08285.009928/2025-89

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação dos serviços de digitador, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, faz-se necessário para atender a nova demanda da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo e suas unidades, relacionadas aos atendimentos à Colecionador, Atirador e Caçador (CAC), oriundos do Exército Brasileiro.

2.2. Isso porque a partir de 1º de julho de 2025, a Polícia Federal assumiu as atribuições relacionadas ao registro, controle e fiscalização das atividades de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs), conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº 9/2023/GM, de 18 de setembro de 2023, e no Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023.

2.3. Em números, essas atribuições representam uma média de 1.301.355 novos processos todo ano com CAC, conforme relatório de 2021 a 2023 encaminhado pelo Exército Brasileiro e que está discriminado na tabela abaixo:

ENTRADA ANUAL DE PROCESSOS					
Item	PROCESSO	2021	2022	2023	MÉDIA
1	Atualização Documento de identificação Pessoal	1.412	4.989	1.888	2.763
2	Apostilamento ao CR - Atualização Tipo PCE	4.462	10.018	2.044	5.508
3	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	13.519	29.244	31.836	24.866
4	Apostilamento ao CR- Inclusão de 2º Endereço de Acervo	19.904	37.738	21.202	26.281
5	Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional	208.841	551.469	82.558	280.956
6	Autorização para aquisição de PCE por importação (CII)	5	59	28	31
7	Cancelamento de Certificado de Registro	187	206	249	214
8	Concessão de Registro – CAC	246.012	410.769	20.911	225.897
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC	259.134	702.730	429.047	463.637
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	59	0	15	25
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	147.829	430.697	127.486	235.337
12	Revalidação de Registro para Pessoa Física	38.980	15.451	29	18.153
13	Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)	0	0	6.175	2.058
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF	0	11.474	35.290	15.588
15	Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.	0	0	60	20
Total					1.301.335

2.4. Devido a esse incremento significativo de processos e, consequentemente do volume de trabalho, a Polícia Federal precisou planejar os espaços, mobiliários e a mão de obra efetiva e terceirizada que seriam necessários para suprir a demanda. Especificamente quanto à mão de obra terceirizada, realizou a licitação para contratação de postos de digitadores para todas as suas Superintendências Regionais, inclusive à do Espírito Santo, conforme Processo SEI nº 08059.001121/2024-91.

2.5. Em decorrência da finalização deste certame, esta Superintendência Regional de Polícia Federal instruiu seu processo de participação (08285.003675/2025-30) e contratou os serviços, com início da execução em 01/07/2025 - no mesmo dia em que assumiu as atribuições com os CAC. Contudo, existem fatos que estão sob apuração nos autos dos processos SEI nº 08285.007095/2025-11 e 08285.009010/2025-30, que podem ensejar um rescisão antecipada do contrato nº 04/2025-SR/PF/ES, justificando, assim, esta nova contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEAQ/DREX/SR/PF/ES	Thiago Mendonca Boiteux

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**:

4.1.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.1.2. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

4.2. Nos termos da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010**, a empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.2.1. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.2.2. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.2.3. respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.2.4. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.3. Durante o planejamento da contratação foi realizada pesquisa pelo **Plano Diretor de Logística Sustentável da Polícia Federal**, contudo, este ainda se encontra em fase de elaboração pelo órgão.

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação não foram indicadas marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.6.1. A garantia da contratação é obrigatória para contratações que envolvam mão de obra de dedicação exclusiva, conforme Anexo VII-F, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017. Também confere maior qualidade dos serviços prestados, cumprimento dos prazos e responsabilidade do prestador de serviços, reduzindo os riscos de falhas, atrasos, inexecução e custos inesperados. É uma medida adicional de cautela que, pelas especificidades do objeto, se faz necessária, para possibilitar que a Administração obtenha, de forma simplificada e mais rápida, a indenização do contratado por eventuais prejuízos.

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 4.7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.7.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.19.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.19.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.19.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda às sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.24. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.25. A vistoria deverá ser agendada pelo e-mail selog.sres@pf.gov.br ou pelo telefone (27) 3041-8033.

4.26. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.29. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

4.29. Durante a elaboração do planejamento da contratação, não foram localizados atos normativos que viessem a estabelecer margens de preferência para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

Demais requisitos da contratação

4.30. Os requisitos da contratação também abrangem o seguinte:

4.30.1. **Serviço continuado**, com mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.30.2. Duração inicial do contrato de **12 (doze) meses**, com possibilidade de prorrogação por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.30.3. Cumprimento de todas as normas de segurança aplicáveis, inclusive as **Normas Regulamentadoras** NR1, NR6, NR7, NR9 e NR17 do MTE;

4.30.4. Cumprimento das disposições relativas à **Saúde e Segurança do Trabalho**, incluindo a apresentação, após a assinatura do contrato, dos seguintes documentos:

4.30.4.1. Programa de Gerenciamento de Riscos (**PGR**);

4.30.4.2. Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (**PCMSO**).

4.30.5. Cumprimento dos intervalos de descanso dos postos de digitadores, conforme **Súmula TST nº 346**;

4.30.6. Cumprimento da legislação trabalhista e os acordos, dissídios e convenções coletivas de trabalho aplicáveis;

4.30.7. Para fins de procedimentos de verificação, cadastro e acompanhamento do **Pessoal Não integrante do Quadro Permanente da Polícia Federal**, será adotado o que disciplina a Instrução Normativa nº 175-DG/PF, de 25 de agosto de 2020;

4.30.8. Utilização da **Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação**, onde serão provisionados, ao longo da execução contratual, os valores para o pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias (multas do FGTS) dos trabalhadores da contratada pela Administração, os quais serão liberados quando da sua ocorrência.

4.30.8.1. será utilizada a Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, visto ser o instituto adotado pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo para proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, que contribui para assegurar os recursos necessários ao cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato.

4.30.8.2. o pagamento pelo fato gerador é complexa, em razão de dificuldades em sua operacionalização, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas, como as ausências legais, assim como mudanças na adequação dos órgãos e suas equipes de gestão e fiscalização de contratos aos atos necessários à sua utilização.

4.30.8.3. ademais, a utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação encontra amparo na Nota Técnica nº 32496264/2023-SECONT/CGOF/DLOG/PF, por meio da qual conclui que: *as Unidades Gestoras da Polícia Federal devem padronizar seus contratos de mão de obra com dedicação exclusiva mediante pagamento pela Conta-Depósito Vinculada(bloqueada para movimentação), nos termos do art. 121, § 3º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021; no art. 8º, inciso V, alínea b), do decreto nº 9.507, de 2018; e no art. 18, § 1º, inciso I da INSEGES/MP nº 05, de 2017.*

4.30.9. Será vedada a **participação de cooperativas**, pois de acordo com o Termo de Conciliação Judiciária firmada entre MPT e AGU, a União abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para prestação de serviços ligados às suas atividades fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, assim como ocorre nos serviços de digitação (Cláusula Primeira, m).

4.30.10. Será vedada a **participação de empresas reunidas em consórcio**, uma vez que a formação de consórcio, em regra, é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital (Acórdão TCU nº 1316/2010). Assim, foi realizada a opção pela não participação de empresas reunidas em consórcio porque o preço estimado para a contratação não é de relevante vulto e também não envolve questões de alta complexidade. Logo, permitir a participação de empresas em consórcio, poderia, no caso concreto, restringir a competição, uma vez que a reunião de empresas reduziria o número de licitantes que poderiam competir entre si.

4.30.11. Será vedada a **participação de microempreendedor individual (MEI)**, tendo em vista tratar-se de modalidade de cessão ou locação de mão de obra, nos termos do art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

4.30.12. Serão exigidos os requisitos de **qualificação econômico-financeira**, tendo em vista a necessidade de seleção de licitante que demonstre boa saúde financeira e capacidade de honrar com a prestação dos serviços, dentro dos padrões quantitativos e qualitativos exigidos para esta contratação, uma vez que não será adotado o pagamento antecipado. Utilizando, para isso, dos índices propostos no modelo da AGU, que são extremamente razoáveis para avaliar a situação financeira de forma objetiva, em acordo com o TCU (Acórdão 6130/2012-Segunda Câmara).

4.30.13. Será exigida a apresentação das demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, visando uma análise mais completa e aprofundada da saúde financeira e da capacidade econômica da empresa para executar o contrato. A comparação dos dois anos permite identificar a consistência e a evolução da empresa, e não apenas a sua situação atual. Ao analisar dois períodos, é possível identificar tendências de crescimento ou declínio, alterações nos indicadores financeiros e a capacidade de a empresa manter ou melhorar sua situação econômica ao longo do tempo.

4.30.14. Será exigido o **patrimônio líquido mínimo**, porque é o valor que sobra após subtrair as dívidas (passivos) do total de bens e direitos (ativos), ou seja, é o que resta após se pagar tudo o que se deve. Dessa forma, ele reflete melhor a capacidade financeira da empresa, para suportar os custos da contratação, inclusive da mão de obra com dedicação exclusiva que engloba o salário, benefícios, encargos trabalhistas e demais despesas, oferecendo uma visão mais abrangente sobre a situação.

4.30.15. Será exigida, cumulativamente, a comprovação do **Capital Circulante** comprovação do **Capital Circulante Líquido** ou **Capital de Giro** de, no mínimo, 16,66%, e do **patrimônio líquido** de 10% do valor estimado da contratação, independentemente do resultado dos índices de Liquidez e Solvência, uma vez que se trata de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, com base no item 11, "b" e "c", do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n.º 98/2022.

4.30.16. Serão exigidos os requisitos de **qualificação técnica**, para fins de averiguação da aptidão, habilidade e da existência de recursos técnicos por parte da empresa para o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas com a Administração. Uma empresa qualificada e que cumpre com as regulamentações e normas específicas da segurança da informação, tende a prestar os serviços de forma mais eficiente, melhorando a produtividade e reduzindo os riscos na execução dos serviços e os seus custos. No caso, a exigência de experiência anterior é igual ao prazo inicial do contrato, de forma que a empresa deva comprovar apenas que possui capacidade para concluir o contrato inicialmente celebrado, em conformidade com o entendimento do TCU (Acórdão 2076 /2023-Plenário).

4.30.17. Será aceito o **somatório de atestados de capacidade técnico-operacional** para atingimento dos quantitativos mínimos demandados.

4.30.18. O grupo único não será destinado à participação exclusiva de ME e EPP, porque o valor global é maior que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do inciso I, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015.

4.30.19. O **tratamento diferenciado** fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Durante o levantamento de mercado foram identificadas três soluções de contratações realizadas por outros órgãos e entidades, em pesquisa ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), conforme listado abaixo:

CONTRATANTE	PROCEDIMENTO	UNIDADE DE MEDIDA
UASG 200398 - SUPERINTENDENCIA REG. DEP.POLICIA FEDERAL- PE	Dispensa Eletrônica nº 90009/2025	Posto de Trabalho
UASG 200406 - DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL	Pregão Eletrônico nº 90014/2024	Posto de Trabalho
UASG 170207 - SUPERINTENDÊNCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-AM	Dispensa Eletrônica nº 90010/2025	Posto de Trabalho
UASG 155126 - HOSPITAL UNIV. PROFESSOR ALBERTO ANTUNES	Pregão Eletrônico nº 90049/2024	Posto de Trabalho
UASG 153114 - UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	Pregão Eletrônico nº 90356/2024	Posto de Trabalho
UASG 200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG	Pregão Eletrônico nº 90002/2025	Posto de Trabalho
UASG 982869 - PREFEITURA MUNICIPAL SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	Pregão Eletrônico nº 90004/2025	Hora de Trabalho
UASG 344001 - FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA/RJ	Dispensa Eletrônica nº 90010/2024	Lauda de 2.100 caracteres com espaço
UASG 929507 - CAMARA MUNICIPAL DE VALINHOS - SP	Pregão Eletrônico nº 90002/2024	Exemplares Normativos

/

5.2. Em resumo, as soluções adotadas recentemente pelos órgãos públicos para os serviços de digitadores são: i) contratação de postos de trabalho em regime de dedicação exclusiva de mão de obra; ii) contratação de serviços de digitador por hora; e iii) contratação dos serviços de digitação pela quantidade de documentos digitados.

5.3. Dentre as soluções identificadas, a que melhor se adequa ao perfil da demanda do Sistema Nacional de Armas (SINARM) relacionadas ao controle de arma de fogo pela Polícia Federal, é a contratação dos serviços de digitadores com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.4. A demanda da Administração envolve a necessidade de disponibilização de um número fixo de funcionários, durante determinado período do expediente, para a realização dos atendimentos dos usuários dos serviços à medida que surgirem. Assim, o objeto é mais abrangente do que a simples digitação e envolve outras atividades próprias da ocupação escolhida pela Administração. Por essa razão, a contratação por postos de trabalho, é mais adequada que a contratação por hora ou pela quantidade de documentos digitados.

5.5. Após a escolha da solução, foram analisadas as contratações similares, por meio de seus editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades específicas da Administração. Dessa análise, concluiu-se que a forma de contratação dos serviços de digitação por postos de trabalho é comumente empregada em outros órgãos públicos.

- 5.6. Outra conclusão dessa análise é que não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que tornassem necessária a coleta de contribuições de potenciais fornecedores, por meio de audiência pública, com a finalidade de definir a solução mais adequada.
- 5.7. Importante destacar que esse modelo de contratação é o utilizado atualmente pela Polícia Federal, inclusive pela Superintendência Regional no Espírito Santo, por meio do Contrato nº 04/2025-SR/PF/ES, firmado com a empresa C R E SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.
- 5.8. Por essas razões, a solução escolhida para atender os interesses e necessidades da Administração é a contratação dos serviços de digitações, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução escolhida pela Administração é contratação dos serviços de digitadores, com dedicação exclusiva exclusiva de mão de obra, faz-se necessário para atender a demanda da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo e suas unidades.
- 6.2. O **início da execução do objeto** será no dia seguinte ao encerramento da vigência do Contrato nº 04/2025-SR/PF/ES, ou seja, os serviços digitadores serão prestados imediatamente após a rescisão do atual contrato, para evitar a sua descontinuidade.
- 6.3. Os serviços a serem contratados são classificados como **comuns**, por possuir *padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado*, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Tal conclusão é ratificada pelo levantamento de mercado realizado durante este estudo, quando foram identificados diversas contratações que adotaram o pregão como modalidade licitatória;
- 6.4. O contrato terá **duração inicial de 12 (doze) meses**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5. Os serviços demandados são classificados como **contínuos**, uma vez que são contratados para a manutenção da atividade administrativa decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021). A sua natureza é **continuada** também porque, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, conforme art. 15, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017. Nesse sentido, os serviços de digitadores são essenciais e precisam ser executados por mais de um exercício financeiro, uma vez que tem por objetivo atender, principalmente, as novas demandas assumidas recentemente pela Polícia Federal relacionadas aos CAC.
- 6.6. A Administração recorrerá, sempre que possível, à **execução indireta**, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução, para desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação , supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, nos termos do §7º, art. 10, do Decreto-Lei 200 /67.
- 6.7. Outro ponto importante é que as atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, dentre eles o de digitador, poderão ser objeto de **execução indireta**, nos termos da Lei nº 9.632/1998.
- 6.8. Ademais, os *serviços de escritório e atividades auxiliares de apoio à gestão de documentação, incluindo manuseio, digitação ou digitalização de documentos e a tramitação de processos em meios físicos ou eletrônicos (sistemas de protocolo eletrônico)*, são preferencialmente objeto de **execução indireta**, nos termos do XXII, art. 1º, da Portaria MPDG nº 443/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades vedadas no art. 3º, do Decreto nº 9.507/2018.
- 6.9. A referida contratação enquadra-se como **atividade de custeio**, de que dispõe o Decreto nº 10.193/2018, cuja competência para autorizar expressamente a celebração de novos contratos administrativos foi subdelegada ao Diretor de Logística da Polícia Federal, nos termos da Portaria DG/PF nº 11.479/2020, quando o valor for inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e superior 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 6.10. A categoria profissional que será empregada no serviço está enquadrada na **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 4121-10** Digitador:

CBO	4121-10 - Digitador Digitador de terminal, Operador de equipamentos de entrada de dados, Operador de microcomputador
Descrição Sumária	Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressoras e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do cliente interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe e negociam serviço com cliente.
Condições gerais de exercício	Trabalham em serviços de apoio administrativo nos mais variados ramos de atividade, em serviços de informática e de correio. São assalariados, com carteira assinada, exceto o digitador que pode trabalhar por conta-própria. Atuam de forma individual e em equipe, sob supervisão, em ambiente fechado e em sistema de rodízio de turnos.

Formação e experiência	O exercício dessas ocupações requer escolaridade de ensino médio e curso básico de profissionalização de até duzentas horas-aula. O pleno desempenho das atividades ocorre com menos de um ano de experiência e no caso de supervisor, após dois anos. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.
-------------------------------	--

6.11. Os serviços dos digitadores envolvem a execução das seguintes **tarefas básicas**:

6.11.1. Colaborar, sem poder decisório, com os SINARMS e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal, em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constitui área de competência legal do órgão.

6.11.2. Realizar, sob a supervisão de servidor efetivo, a inclusão das demandas dos usuários externos no Sistema da PF, como:

- a) Atualização Documento de identificação Pessoal;
- b) Atualização Tipo PCE;
- c) Atualização de Endereço do Acervo;
- d) Inclusão de 2º Endereço de Acervo;
- e) Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional;
- f) Autorização para aquisição de PCE por importação (CII);
- g) Cancelamento de Certificado de Registro;
- h) Concessão de Registro – CAC;
- i) Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC;
- j) Instituir Procurador para Pessoa Física;
- k) Registro e Apostilamento de Armas de CAC;
- l) Revalidação de Registro para Pessoa Física;
- m) Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF);
- n) Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF e Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto; e

6.11.3. Realizar outras atividades similares, compatíveis com as atribuições dos digitadores.

6.12. Os serviços serão prestados nos seguintes **endereços**:

Local	Endereço
Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES (Sede)	Avenida Delegado Federal Geraldo Guimarães, nº 1 São Torquato, Vila Velha/ES / CEP 29114-105
Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim - DPF/CIT/ES	Avenida Domingos Alcino Dadalto, nº 367, IBC, Cachoeiro de Itapemirim/ES / CEP 29315-314
Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES	Rua DNER, nº 269, Santa Tereza, São Mateus/ES / CEP 29932-340

6.13. Os serviços serão prestados durante o **horário** de atendimento ao público, que acontece de 08h30 às 17h30 em dias úteis, respeitada a jornada de trabalho semanal de cada funcionário, conforme estabelecido na legislação aplicável.

6.14. A **jornada de trabalho** do digitador será de seis horas diárias e 30 semanais, de segunda a sexta-feira.

6.14.1. Para fins de Pesquisa de Preços, a Administração adotou a Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no MTE sob o nº ES000131/2024, cuja Cláusula Décima Sexta estabelece a jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para os trabalhadores lotados na função de digitador, com dedicação exclusiva, com os devidos intervalos;

6.15. Os digitadores têm direito a **intervalos de descanso** de 10 (dez) minutos a cada 90 (minutos) de trabalho consecutivo, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, conforme Súmula TST nº 346. Será observado o **intervalo para repouso e alimentação** de 15 (quinze) minutos (art. 72, da CLT), bem como o período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre 2 (duas) jornadas (art. 66, da CLT).

6.16. Foi adotado o critério de remuneração da contratação por **postos de trabalho**, com base no item 2.6, d, do Anexo V, da IN SEGES/ME nº 05/2017. Os serviços de digitadores envolvem o atendimento ao público, o que vai além da simples digitação, abrangendo a comunicação e a resolução de problemas. Nesse ponto, o pagamento por resultado poderia incentivar a pressa e a busca pela quantidade em detrimento da qualidade do atendimento. Os serviços de digitadores exige a disponibilidade dos funcionários durante os horários específicos para atender às demandas à medida que surgem. Além disso, não há como definir quantitativamente o resultado da contratação pelo tipo de serviço a ser executado.

6.17. Os **uniformes** a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

6.17.1. Os uniformes necessários ao desempenho dos serviços, de acordo com a relação de itens constantes em lista anexa, deverão ser fornecidos, nas quantidades totais, para cada empregado, no início da execução do Contrato e a cada término da durabilidade, independentemente do estado em que se encontrem, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

6.17.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

6.17.3. Tecido resistente, respirável e confortável, que deverão possuir conforto suficiente para permitir a sua utilização durante longas jornadas de trabalho, sem causar danos à saúde do empregado;

6.17.4. Vedada a predominância de cores padrão do uniforme da Polícia Federal (cores PRETA e DOURADA);

6.17.5. Os uniformes deverão ser compatíveis com o clima do Estado do Espírito Santo, dotados de acabamento perfeito, duráveis, feitos com materiais de alta qualidade e ajuste perfeito ao corpo do usuário;

6.17.6. Identificação discreta da empresa, por meio de logotipo da empresa, fixado no uniforme, não pode ter identificadores visuais da Contratante;

6.18. A Contratada fornecerá todo uniforme necessário e/ou obrigatório ao desempenho das atividades.

6.19. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

6.20. Os serviços devem ser prestados por pessoal uniformizado e identificado por meio de crachá, com fotografia recente;

6.21. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. No levantamento da demanda de serviços e dos quantitativos a serem contratados, foi considerado o estudo técnico (37300303) elaborado pela DILOG/DITEC/PF, no bojo do Processo SEI nº 08059.001121/2024-91, que trata da licitação nacional realizada pela Polícia Federal para contratação dos serviços de digitadores, na qual a Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo figurou como órgão participante.

7.2. Esse estudo técnico da DILOG/DITEC/PF adotou, na definição dos quantitativos, os "Dados Estatísticos Transferência de Competências à Polícia Federal (fevereiro de 2024)" (143383891) elaborado pelo Exército Brasileiro, bem como as informações da quantidade de postos terceirizados já atuando no SINARM e nas atividades relacionadas ao controle de arma de fogo, que foram encaminhadas por esta Superintendência Regional.

7.3. Com base nos dados fornecidos pelo Exército Brasileiro, no Espírito Santo foram registrados 7.704 em 2021, 16.932 em 2022 e 5.179 novos processos em 2023, ou seja, em média há entrada de 9.938 novos processos anualmente relacionados a Colecionadores, Atiradores e Caçadores.

7.4. Além disso, a DILOG/DITEC/PF chegou a conclusão que o tempo médio ponderado para tratamento de processos relacionados aos Colecionadores, Atiradores e Caçadores era de 47,17 minutos. Sabendo o tempo médio, foi então calculada a quantidade de processos que poderiam ser tratados por cada digitador, considerando a carga horária diária e os intervalos de descanso.

7.5. Ao final, definiu a quantidade de postos de digitadores para cada Superintendência Regional, inclusive para o Espírito Santo, considerando o volume anual de entrada de novos processos relacionados aos CAC, o tempo de tratamento desses processos, a consulta realizada às unidades participantes e a quantidade de postos terceirizados já atuando nos SINARM.

7.6. De acordo com o Termo de Referência da DILOG/DITEC/PF (37256138), foram previstos ao todo 22 postos de digitadores, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para o Espírito Santo, sendo 16 para Vila Velha/ES, 3 para DPF/CIT/ES e 3 para DPF/SMT/ES.

7.7. Após a conclusão do Pregão Eletrônico SRP nº 90014/2024 (08059.001121/2024-91), realizado pela DILOG/DITEC/PF, esta Superintendência Regional instruiu seu processo de participação (08285.003675/2025-30) e firmou o Contrato nº 04/2025-SR/PF/ES (65654752) nas quantidades totais previstas na Ata de Registro de Preços 37/2024 (38504583), ou seja, com 16 postos para Vila Velha/ES, 3 para DPF/CIT/ES e 3 para DPF/SMT/ES.

7.8. Assim, considerando que esta contratação visa a substituição do contrato nº 04/2025-SR/PF/ES, serão mantidas as quantidades atualmente previstas, com exceção dos postos de trabalho para a SR/PF/ES que sofrerá redução de 25%, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Tipo de Serviço	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	Digitador (CBO 4121-10) - Vila Velha/ES (SR/PF/ES)	5380	Posto	12,00
	2	Digitador (CBO 4121-10) - Cachoeiro de Itapemirim (DPF/CIT/ES)	5380	Posto	3,00
	3	Digitador (CBO 4121-10) - São Mateus (DPF/SMT/ES)	5380	Posto	3,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.179.243,00

8.1. Para formulação do custo com o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva foi adotado o modelo de Planilha de Custos da Administração previsto no Anexo VII-D, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017. Os Módulos da Planilha da Administração (143384044) foram preenchida conforme os dados a seguir:

8.1.1. Módulo 1 - Composição da Remuneração:

I - Salário-Base: foi utilizado o salário normativo disposto na TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025, registrado no MTE sob o nº ES000003/2025 (143343068) para o cargo de digitadores. Como a planilha de custos é baseada em empregados mensalistas, logo, consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal no salário mensal nos termos do §2º, do art. 7º, da Lei 605/1949.

II - Adicional de Periculosidade: previsto para os postos de trabalho na SR/PF/ES, DPF/CIT/ES e DPF/SMT/ES, devido à existência de Laudo de Periculosidade (143343070).

8.1.2.Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários:

8.1.2.1. Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias:

I - 13º salário: provisionado mensalmente 1/12 (um doze avos) da remuneração, excluídas as indenizações;

II - Adicional de Férias: provisionado 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze). As férias foram provisionadas na substituição de férias (Módulo 4);

8.1.2.2. Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições:

I - INSS, Salário Educação, SESC ou SESI, SENAI-SENAC, SEBRAE, INCRA e FGTS: calculados conforme percentual previsto em lei;

II - SAT: calculado com base em 3%, apenas para fins de planejamento da licitação. A GILL/RAT é a sigla correspondente à Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (o antigo Seguro de Acidente de Trabalho - SAT). A contribuição GILL/RAT é apurada por meio de um indicador criado pela Receita Federal: o RAT Ajustado. Sendo assim, em regra, considera-se para fins de definição da planilha modelo que GILL/RAT = SAT = RAT Ajustado. O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT x FAP. A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação entre 0,5% a 6%. A licitante deve preencher com o valor de seu RAT ajustado comprovando o percentual indicado no momento da apresentação da proposta na forma prescrita no edital e nestas notas explicativas.

8.1.2.3. Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

I - Transporte: calculado com base nas tarifas de cada município de prestação dos serviços (143343096), e descontado o limite de 3% sobre o Salário-Base, conforme CCT. A tarifa atual do transporte coletivo na Região Metropolitana da Grande Vitória é R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos) de segunda a sábado e aos domingos a tarifa é reduzida para R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos). Em

Cachoeiro de Itapemirim a tarifa é de R\$ 4,00 (quatro reais) com o Cartão Cidadão e em São Mateus a tarifa é de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos). Para fins de cálculo do valor pago pelo empregador, foram considerados 22 (vinte e dois) dias trabalhados e o desconto de 6% sobre o salário-base;

II - Auxílio Refeição/Alimentação: calculado conforme Cláusula Quarta da CCT ES0000003/2025. Para fins de cálculo do valor pago pelo empregador, foram considerados 22 (vinte e dois) dias trabalhados e descontado R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos);

III - Plano de Assistência Médica: valor previsto na Cláusula Quinta da CCT ES0000003/2025. Para o cálculo do valor médio do Plano de Saúde, foi prevista uma diferenciação de valores para duas faixas etárias, uma de 18 (dezoito) a 43 (quarenta e três) anos e outra de 43 (quarenta e três) anos em diante, por essa razão foi utilizado dados da pesquisa publicada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, intitulado Mercado de Trabalho no Espírito Santo – 1º trimestre de 2023, disponível no endereço https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/boletins/Boletim_Mcd_Trabalho_1T2023.pdf, em que traz na composição da força de trabalho 53,7% com até 39 anos de idade e 46,3% com 40 anos ou mais, para estimar um valor médio por empregado;

IV - Plano Odontológico: valor previsto na Cláusula Sexta da CCT ES0000003/2025;

V - Seguro de Vida: tem previsão e valor na Cláusula Sétima da CCT ES0000003/2025;

8.1.3. Módulo 3 - Provisão para Rescisão: percentuais utilizados são extraídos dos estudos desenvolvidos pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, no Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e de Formação de Preços - Nas contratações de serviços que envolvam mão de obra em regime de dedicação exclusiva, 2020, disponível em: https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdfhttps://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/Manual_do_Modelo_de_Planilhas_de_Custos_do_STJ.pdf.

8.1.4. Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente: a quantidade total de dias de reposição do profissional ausente por ano, prevista pela Administração, foi de 38,5149. Desse total, 30 dias são de substituição de férias, o restante é de ausências legais e licença maternidade. Para fins dessa modelagem, considerou-se a estimativa de necessidade de reposição de profissional dos cadernos técnicos referentes ao ano de 2019, disponibilizados no sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cadernos-tecnicos-e-valores-limites-2019>).

8.1.5. Módulo 5 - Insumos:

8.1.5.1. Na **pesquisa de preços dos insumos desses serviços de digitadores**, foram adotados os parâmetros do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021:

I - Sistemas Oficiais de Governo (art. 5º, I, da IN nº 65/2021):

a) Compras.gov.br - consulta ao módulo integrado para "Pesquisa de Preços". Foram utilizados os códigos CATMAT 626033, 622224, 630081, 623782 e 612320, para os quais foram identificados preços válidos.

II - Contratações Similares feitas pela Administração (art. 5º, II, da IN nº 65/2021):

a) Sistema Administrativo Digital do Espírito Santo - SIADES (<https://siades.es.gov.br>) - na página de licitações e de compras diretas disponíveis, a pesquisa pelos termos "UNIFORME", "AGASALHO", "CALÇA", "CAMISETA", "CRACHÁ" e "CALÇA" não apresentou resultados válidos.

b) Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>) - foram identificados preços de todos os insumos pesquisados, nos seguintes certames: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Pregão Eletrônico - 619/2021, lote 3, item 1, lote 6, item 1 e lote 7, item 1; Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, Registro de Preços Eletrônico - 126/2025, lote 1, item 1; Prefeitura Municipal de Marcos Parente, Pregão Eletrônico - 27/2025, item 1; Prefeitura Municipal de Tubarão, Registro de Preços Eletrônico - 10/2025, item 18; Prefeitura Municipal de Campo Bom, Registro de Preços Eletrônico - 078/2025, somatório itens 1, 2 e 3; Prefeitura Municipal de Butiá, Registro de Preços Eletrônico - 15/2025, item 1; Câmara Municipal de Poços de Caldas, Dispensa Eletrônica - 41/2025, item 1.

III - Sítios Eletrônicos Especializados ou de domínio amplo (art. 5º, III, da IN nº 65/2021): foram consultados sítios eletrônicos de domínio amplo. No caso, sites especializados em roupas, fardamentos e uniformes (MOLETOM, FARDAS EXPRESS, ROVITEX, AUTÊNTICA DISTRIBUIDORA, HM, ZENGO, CITEROL e FENOMENAL), em material gráfico (AUTOMAÇÃO COMERCIAL, I9 AUTOMAÇÃO COMERCIAL e QUICK GRÁFICA) e em automação e sistemas de informática (IFONTECH, PA SISTEMAS e PONTO TECNOLOGIA). Todos os sítios eletrônicos consultados possuem Protocolo de Transferência de Hipertexto Seguro - HTTPS, indicando que a conexão com o navegador é criptografada e segura, protegendo dados sensíveis. Além disso, são portais de comércio eletrônico ou do fabricante do produto, detentor de boa credibilidade no ramo de atuação. A pesquisa aconteceu nos dias 3 e 4/11/2025, conforme registro de data e hora presente nos comprovantes (143383640)

IV - Cotação Direta com Fornecedores (art. 5º, IV, da IN nº 65/2021): não foi utilizada a cotação direta com fornecedores, uma vez que foi dada prioridade aos parâmetro I e II, complementada a pesquisa em sítios eletrônicos, sendo suficiente para coleta dos preços aceitáveis da cesta. Ademais, a pesquisa direta com empresas do ramo é suplementar à pesquisa de contratações públicas, conforme entendimento do TCU (Acórdão 1875/2021 Plenário): "As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração

Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa Seges-ME 73 /2020)".

8.1.5.1.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.1.5.1.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.1.5.1.4. A série de preços coletados utilizados na composição do valor estimado, constam deste relatório. Como o próprio sistema buscou às informações relacionadas ao parâmetro I, foram inseridos no processo SEI nº 08285.009928/2025-89 apenas os comprovantes de pesquisa relacionados aos parâmetros II e III.

8.1.5.1.5. A obtenção do preço estimado deu-se com base na média e mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de acordo com o TCU, o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado (Acórdão 3068/2010 - Plenário). Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, por meio do método do desvio padrão.

8.1.5.1.6. Para tanto, foram utilizados a média, o coeficiente de variação e o desvio padrão calculados pelo próprio sistema. Nos casos em que o coeficiente de variação foi 25%, a amostra foi considerada homogênea e, portanto, mantidos os preços na composição. Diferentemente, quando o coeficiente de variação era > 25%, a amostra foi considerada heterogênea, sendo desmarcada a opção de "compor" para os preços fora dos limites superiores (média + desvio) e inferiores (média - desvio); caso o novo coeficiente de variação foi 25%, logo a amostra homogênea e, portanto, mantida composição com os preços restantes; mas nos casos em que o valor do coeficiente de variação ainda permaneceu acima dos 25%, novamente foi desmarcada a opção de "compor" para os preços inexequíveis e excessivamente elevados; os procedimentos foram repetidos até que a amostra fosse razoavelmente homogênea. Após a análise dos preços, por meio do método do desvio padrão, foi utilizado o menor preço entre a média ou a mediana.

8.1.5.1.7. Todos os itens pesquisados (AGASALHO, CALÇA, CAMISETA, CRACHÁ e PONTO BIOMÉTRICO), eram formados por um conjunto de preços, cujo Coeficiente de Variação era superior a 25%, sendo necessário desmarcar a opção "compor" para os preços forma considerados "inexequíveis" ou "excessivamente elevados":

I - Item 1: Coeficiente de Variação 60,92%, limites superior R\$ 209,69 e inferior R\$ 50,93. Foi desmarcada a opção compor para os preços fora dos limites e novo Coeficiente de Variação calculado pelo sistema foi de 19,23%;

II - Item 2: Coeficiente de Variação 33,58, limites superior R\$ 64,51 e inferior R\$ 32,07. Foi desmarcada a opção compor para os preços fora dos limites e novo Coeficiente de Variação calculado pelo sistema foi de 6,10%;

III - Item 3: Coeficiente de Variação 32,90%, limites superior R\$ 40,10 e inferior R\$ 20,24. Foi desmarcada a opção compor para os preços fora dos limites e novo Coeficiente de Variação calculado pelo sistema foi de 16,72%;

IV - Item 4: Coeficiente de Variação 49,31%, limites superior R\$ 14,33 e inferior R\$ 4,87. Foi desmarcada a opção compor para os preços fora dos limites e novo Coeficiente de Variação calculado pelo sistema foi de 21,11%;

V - Item 5: Coeficiente de Variação 28,70%, limites superior R\$ 2.069,27 e inferior R\$ 1.146,41. Foi desmarcada a opção compor para os preços fora dos limites e novo Coeficiente de Variação calculado pelo sistema foi de 14,04%;

8.1.6. Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro: para os custos indiretos e lucro foram utilizados os preços medianos de contratações similares de outros órgãos (Pesquisa de Preços - Custos Indiretos e Lucro (143384005)). Importante destacar que, na contratação de mão de obra dedicada não há possibilidade de inclusão de BDI. O cálculo do custo por empregado terceirizado seguiu as prescrições do Anexo VII-D da Instrução Normativa SEGES/MPOG n. 5, de 2015, (Modelo de planilha de custos e formação de preços), vez que se trata da terceirização de mão de obra e não propriamente da contratação de um serviço de engenharia. Em relação aos tributos, foi utilizado o regime de tributação pelo Lucro Presumido. Em relação ao tributo municipal (ISS) foram utilizadas as alíquotas de cada local de prestação dos serviços (Lei Municipal de Vila Velha/ES nº 4.127/2003, Lei Complementar Municipal de São Mateus nº 3/2003; e Lei Complementar Municipal de Cachoeiro de Itapemirim nº 116/2003).

8.2. Ao final, concluiu-se que o preço estimado da contratação é **R\$ 1.179.243,00 (um milhão cento e setenta e nove mil duzentos e quarenta e três reais)**, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Tipo de Serviço	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
	1	Digitador (CBO 4121-10) - Vila Velha/ES (SR/PF /ES)	5380	Posto	12,00	R\$ 5.471,24	R\$ 65.654,88	R\$ 787.858,56

1	2	Digitador (CBO 4121-10) - Cachoeiro de Itapemirim (DPF/CIT/ES)	5380	Posto	3,00	R\$ 5.423,16	R\$ 16.269,48	R\$ 195.233,76
	3	Digitador (CBO 4121-10) - São Mateus (DPF/SMT/ES)	5380	Posto	3,00	R\$ 5.448,63	R\$ 16.345,89	R\$ 196.150,68
Total								R\$ 1.179.243,00

Publicidade do Orçamento

8.3. Especificamente para esta contratação, com base na Nota Técnica AudTI/TCU 8/2023, a Administração não adotou o Orçamento Sigiloso. A opção pela divulgação do orçamento tem por finalidade garantir a observância do princípio da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, da transparência e da publicidade, por meio do conhecimento do preço de referência e dos critérios de aceitabilidade de preços por parte de todos os licitantes.

8.4. O argumento de que o conhecimento do preço estimado da administração pelos concorrentes, ocasionam oferta de preços com mínima margem de redução (efeito âncora) é frágil, pois em um cenário competitivo, a regulação do preço para o de mercado, ou até inferior a ele, é automática e está intrinsecamente ligada à possibilidade de o licitante sagrar-se vencedor do pregão, e em um cenário pouco ou nada competitivo, ainda que haja possibilidade de conluio ou combinação entre os particulares, o sigilo não estimulará a redução das propostas. Também é importante lembrar que o sigilo do orçamento não favorece a negociação, pois ela depende, exclusivamente, da razoabilidade do licitante, aliada à habilidade de negociação do pregoeiro.

8.5. Como foi prevista a qualificação econômico-financeira, com exigência de patrimônio líquido mínimo de 10% com base no valor total estimado da contratação, não faz sentido tornar sigiloso o orçamento nesse ponto.

8.6. A exigência de publicação do orçamento no edital poderá ser dispensada nas situações motivadas, para objetos complexos, com alto grau de incerteza em sua definição e /ou características muito peculiares de mercado que justifiquem a medida, considerando os riscos e os benefícios esperados para a Administração no caso concreto (item 9.2.2, do Acórdão 2.547/2015-TCU-Plenário). Ademais, o orçamento sigiloso é recomendado pelo TCU em obras mais complexas, com prazo exíguo para conclusão e em que parcela relevante dos serviços a serem executados não possua referência explícita no Sinapi/Sicro, em face da possibilidade de fracasso das licitações decorrente dessa imponderabilidade de aferição de preços materialmente relevantes do empreendimento (Acórdão 3011/2012 – Plenário).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Princípio do parcelamento

9.1. De acordo com o art. 47, II, da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), os serviços atenderão ao **princípio do parcelamento**, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. O Tribunal de Contas da União é pela realização de licitação por itens, de forma fracionada, sempre que econômica e tecnicamente viável, conforme entendimento sumulado (Súmula nº 247 do TCU) e jurisprudencial, cujos alguns excertos de acórdãos estão transcritos abaixo:

O parcelamento total do objeto tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão nº 5301/2013-TCU 2ª Câmara);

Aumento da eficiência administrativa mediante centralização do gerenciamento de contratos de serviços idênticos, pois neste caso, lidar com um único prestador diminuirá o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário);

O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário);

9.3. Como consequência da opção pelo grupo único para os serviços de digitadores, espera-se que seja gerado um razoável ganho para a Administração com a economia de escala, visto que implicará num aumento de quantitativos e consequentemente numa redução do preço final contratado, sendo economicamente vantajoso para a Administração. Conforme bem define o Manual de Licitações e Contratos do TCU: “Sabe-se que economia de escala atrela preço à quantidade demanda. Por isso, quanto maior o quantitativo licitado, menor poderá ser o custo do produto, que tem por limite o chamado custo zero” (...).

9.4. Também é razão para o item único, objeto da contratação, a promoção de uma licitação mais competitiva e mais atrativa ao mercado, preservando e prestigiando o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como atendendo aos princípios da eficiência e da legalidade, diminuindo os riscos de desinteresse do mercado e, conseqüentemente, de prejuízo para o conjunto da solução.

9.5. Sobre o aspecto de controle e fiscalização, a licitação de grupo único proporcionará uma gestão centralizada do contrato, otimização dos recursos humanos, redução do gasto público com a formalização do contratação, facilitação do acompanhamento da execução processual, uma vez que os serviços serão prestados por uma única contratada, em observância ao princípio da eficiência (art. 37, caput, CF).

9.6. Nesse ponto, será possível manter a qualidade da contratação, uma vez que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de uma mesma equipe, trazendo vantagens como o maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços e nos aspectos administrativos do contrato, em especial controle/fiscalização das obrigações trabalhistas, maior facilidade no gerenciamento do cronograma físico-financeiro, no gerenciamento dos prazos, na análise das repactuações, concentração da responsabilização pela execução dos serviços sobre uma só empresa, dentre outros aspectos.

9.7. Pelo aspecto técnico, há inviabilidade na prestação dos serviços de digitadores por mais de um fornecedor. Isso porque todos serviços estão interligados e devem ser executados de forma estreitamente vinculada, cuja harmonia e compatibilização são pressupostos básicos para alcançar os resultados esperados. Se os serviços não forem agrupados, ter-se-iam várias empresas executando, ao mesmo tempo, o objeto licitado. Tal fato poderia gerar relativização de responsabilidades e sobretudo comprometer os trabalhos. Cada contratado poderia tentar se eximir de suas responsabilidades, argumentando que sua execução foi prejudicada ou comprometida pela interferência dos serviços prestados por outro contratado, assim, a responsabilidade pelo objeto e sua garantia devem ser de um único contratado.

9.8. O agrupamento dos itens reduz os riscos de desconhecimento e incompatibilidades nas metodologias empregadas por empresas distintas na execução dos serviços, bem como dificuldade para a garantia dos serviços executados, uma vez que cada contratado iria tentar se eximir de suas responsabilidades, argumentando que sua execução foi prejudicada/comprometida pela interferência dos serviços prestados por outro contratado, assim, a responsabilidade pelo objeto e sua garantia devem ser de um único contratado.

9.9. Em resumo, não se mostra tecnicamente viável nem vantajoso para administração a contratação dos serviços de digitadores por itens, pois se cada posto de trabalho fosse licitado em separado, possibilitaria a adjudicação de várias empresas em um mesmo objeto e isso poderia diminuir o interesse dos licitantes e a competitividade entre eles, ampliaria a equipe de fiscalização e de gestão e a quantidade de procedimentos nas diversas contratações, abriria a possibilidade de tentativas de transferências de responsabilidades quanto a possíveis vícios e/ou defeitos na prestação dos serviços, bem como a possibilidade de descontinuidades na realização desses serviços essenciais para o cumprimento das atividades finalísticas da Instituição.

Princípio da padronização

9.10. As licitações também atenderão ao **princípio da padronização**, conforme art. 47, I, da Lei nº 14.133/2021, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>), no dia 06/11/2025, identificou como itens padronizados apenas "Água mineral natural, sem gás" e "Café e açúcar", não sendo identificada a padronização para nenhum tipo de serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A demanda desta Superintendência Regional é a continuidade dos serviços de digitadores atualmente prestados por meio do Contrato nº 04/2025-SR/PF/ES, firmado com a empresa C R E SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, cuja rescisão poderá ser antecipada devido à fatos apurados pela Contratante.

10.2. Com relação às **contratações correlatas**, ou seja, com aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal, a SR/PF/ES realizou a aquisição de mobiliário (08285.002256/2024-08) e recebeu equipamentos de informática adquiridos pela Polícia Federal (08211.000440/2025-50).

10.3. Já com relação às **contratações interdependentes**, entendidas como aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação, não foram identificados registros para a demanda atual pelos serviços de manutenção predial.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025**, conforme detalhamento a seguir:

Id PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2025

Data de publicação no PNCP: 25/04/2024

Id do item no PCA: 235 a 237;

Classe/Grupo: 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE;

11.2. Também está alinhado ao **Plano Estratégico da Polícia Federal 2024-2027**:

Objetivo Estratégico:

Título: Polícia Administrativa;

Objetivo: Servir à sociedade com excelência e transparência;

Métricas de topo: Eficiência no atendimento ao usuário.

11.3. Especificamente no **Plano Tático Operacional - PTO-KR/PF/ES 2024-2025** consta o seguinte:

Objetivo Tático Operacional:

2.0.1.ES- Assegurar a prestação de serviços de excelência às pessoas físicas e jurídicas

KR Tático-Operacional:

2.0.1.1.ES

Obter conceito ÓTIMO no IPA em cada uma das unidades da PF no estado. (DREX)

11.4. Assim, a presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança deste Órgão Contratante.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Como benefícios resultantes desta contratação, espera-se alcançar:

12.1.1. **Redução dos custos operacionais:** a Administração pode diminuir despesas com a contratação de digitadores, relacionadas à gestão de pessoal, encargos trabalhistas, que ficarão à cargo da empresa contratada, evitando a criação de cargos permanentes já extintos para execução dessas atividades acessórias;

12.1.2. **Flexibilidade administrativa:** a Administração ajustou a contratação dos digitadores aos novos serviços atribuídos a Polícia Federal, por meio do Decreto nº 11.615/2023, sem a necessidade de criar estruturas internas permanentes ou de realizar concursos públicos para funções temporárias ou específicas, proporcionando maior agilidade na gestão de recursos humanos e materiais;

12.1.3. **Foco na atividade-fim:** a Administração pode concentrar seus esforços e recursos em suas atividades principais e finalísticas, bem como em suas funções essenciais e estratégicas, enquanto que a execução indireta dos serviços de digitadores cuida das atividades acessórias ou de suporte, otimizando o desempenho geral do setor de armas da Polícia Federal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbram novas providências que devem ser adotadas para viabilizar a execução contratual, uma vez que esta contratação busca substituir o atual contrato de prestação dos serviços de digitadores (Contrato nº 04/2025-SR/PF/ES), devido a problemas em sua execução.

13.2. Todas medidas relacionadas à adequação dos espaços e disponibilização dos mobiliário (cadeiras e mesas) e equipamentos (computadores_ para implantação dos postos de digitadores já foram adotadas pela Administração.

13.3. Com relação à gestão e fiscalização do contrato, deve ser verificada a necessidade de capacitação dos servidores sobre esses temas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os impactos ambientais são alterações no ambiente causada pelas ações humanas. Nesse sentido, eles podem ser positivos ou negativos. Como impacto positivo, os serviços de digitadores influenciam na redução drástica do uso de papel. Enquanto que, como impacto negativo, os serviços de digitadores podem aumentar o consumo de energia elétrica com o uso de computadores, monitores e scanners, e a geração de lixo eletrônico.

14.2. Para tratamento dos impactos negativos, a contratada deverá observar a necessidade de boas práticas de sustentabilidade ambiental relacionadas à eficiência energética e a otimização dos recursos computacionais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Tendo em vista as informações expostas neste Estudo Técnico Preliminar, a disponibilidade de mão-de-obra e insumos no mercado local e nacional e a previsão orçamentária para cobertura e custeio da despesa, a equipe de planejamento da contratação entende ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO MENDONCA BOITEUX

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 21:23:23.

THIAGO JOSE ARRUDA PAZ

Integrante Técnico

CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 10:52:19.